

A METODOLOGIA DA CRÍTICA TEXTUAL (ANÁLISE DE ALGUMAS EDIÇÕES CRÍTICAS)

José Pereira da Silva

A necessidade de construir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual.

(ERICH AUERBACH)

1 - INTRODUÇÃO

Quando nos inscrevemos na disciplina oferecida pelo Prof. Belchior Cornélio da Silva, intitulada "Análise de Edições Críticas", de um certo modo, já tínhamos definido o tema de nossa monografia de avaliação final.

Como nosso anteprojeto de pesquisa de tese era a de uma edição crítica de um manuscrito brasileiro do século XVIII (quando ainda vivíamos uma fase correspondente à Idade Média européia, no tocante à imprensa e à editoração), achamos que deveríamos estudar mais cuidadosamente as técnicas de edição de textos medievais portugueses, embora nossa língua já houvesse evoluído de três a quatro séculos em relação àqueles tempos.

Por isto, decidimos propor a realização de uma análise metodológica de algumas edições críticas, tendo como roteiro as introduções das próprias edições selecionadas.

Com a ajuda desse Mestre e Amigo, selecionamos seis obras e definimos superficialmente o trabalho: uma análise metodológica das edições críticas das Memórias Póstumas de Brás Cubas, das Obras de Casimiro de Abreu, das Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses, das Cantigas de Pêro Meogo, da Demanda do Santo Graal e do Livro dos Ofícios, partindo das propostas metodológicas apresentadas pelos editores dessas obras nas suas respectivas introduções. Tudo que fosse além disso visaria a ilustrar com a prática o que, na teoria, prometeram realizar.

Iniciamos o trabalho com a leitura cuidadosa dos teóricos de crítica textual brasileiros de que dispúnhamos em nossa biblioteca particular e das introduções dos seis trabalhos selecionados.

Inicialmente, fizemos uma síntese do que os nossos teóricos ensinam sobre a prática da crítica textual, que constitui o item 2 deste artigo. No item 3, faremos uma consideração do que nos pareceu importante sobre cada uma das seis obras analisadas, deixando para o item 4 o tratamento específico e globalizado das normas de transcrição adotadas pelos editores críticos vistos e o registro de algumas observações pessoais sobre o assunto.

Com aquele trabalho, sentimo-nos mais preparados para a edição crítica que planejávamos para a tese de doutorado em Filologia Românica. E, para sermos um pouco mais que medíocres, é preciso que conheçamos bem os erros e os acertos dos que nos antecederam na mesma empresa.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao Prof. Bêlkior, pela segura orientação na realização de nossos cursos no doutorado e naquele trabalho, como

também não poderíamos nos esquecer de agradecer aos professores Celso Ferreira da Cunha (de saudosa memória) e Edwaldo Machado Cafezeiro, pela atenção com que sempre nos atenderam naquela época.

2 - ETAPAS DE UMA EDIÇÃO CRÍTICA

Normalmente, antes da apresentação do texto crítico, a edição crítica tem de passar por três etapas: a recensão, a estemática e a correção.

Essas três etapas constituem o que se denomina crítica textual, que é um conjunto de operações destinadas a apurar, preparar ou estabelecer o texto para este tipo de edição.

A recensão, ou recensio, é a operação inicial da edição crítica, que consiste no levantamento de todos os dados e testemunhos conhecidos, tanto na tradição direta quanto na indireta. A tradição direta é constituída das cópias manuscritas e as edições impressas do texto, e tradição indireta é constituída de todos os documentos que podem auxiliar na leitura ou interpretação desse texto, tais como as fontes, as traduções, as citações, os comentários etc.

A colação e o expurgo dos exemplares inúteis ou coincidentes também fazem parte da fase chamada recensão ou recensio.

A colação, ou collatio, é o confronto de todos os testemunhos recolhidos, tomando-se um deles como texto de base ou exemplar de colação, cuja execução exige cuidados muito especiais, pois é necessário que ele seja o que mais se aproxime do original. Por isto, é preciso verificar o estado de conservação do texto e a sua história externa, pois desta verificação é que resultará a escolha do texto base. No caso de se ter o original manuscrito, por exemplo, ou edições impressas em vida do autor, a preferência será dada a um deles, de acordo com critérios estabelecidos para cada caso.

Ao final da colação, comparados todos os testemunhos, o filólogo exclui todos os exemplares que forem considerados inúteis ao estabelecimento do texto crítico por serem coincidentes (ou cópias de outros testemunhos subsistentes) ou por outros motivos, como, por exemplo, por serem edições contaminadas ou deturpadas. A esta operação da crítica textual se costuma denominar eliminatio codicum descriptorum (eliminação dos códices copiados).

O stemma codicum, no sentido restrito, é organizado com os exemplares que restarem após esta operação, em forma de uma árvore de raiz para cima, constituindo-se na síntese da estemática, que é a fase da crítica textual que classifica e organiza os exemplares remanescentes, deixando explícitas todas as relações de dependência existentes entre cada um deles e os demais. A construção desta árvore genealógica dos manuscritos e edições, que parte do original ou arquetipo e termina nos testemunhos supérstites mais recentes.

Há casos em que a estemática é dispensável, como naqueles em que há um codex unicus, quando só há uma edição impressa da obra e quando o original está perfeito e não houve edição em vida do autor.

A terceira fase da crítica textual é a emendatio ou correção do texto, que pode ser feita através do cotejo dos códices ou das edições ou por conjeturas. No primeiro caso, cotejam-se os textos e mantém-se a forma que prevalecer no maior número de famílias; no segundo caso, quando tal cotejo se mostrar inútil, somente os

conhecimentos do filólogo em relação ao texto, ao ator e à época poderão solucionar todos os casos.

A apresentação do texto, que é o coroamento da tarefa do filólogo, é feita em duas partes, a saber: a introdução ou prefácio e o texto propriamente dito.

A introdução deve conter “os elementos históricos e metodológicos relacionados com o autor, com a época e com a obra”, segundo o Prof. Leodegário (cf. AZEVEDO FILHO, 1987, p. 58). Nesta parte deve ser incluída uma informação biobibliográfica do autor, a tradição manuscrita e impressa, direta e indireta da obra, a análise dos métodos usados nas edições anteriores, o método adotado (com informação minuciosa sobre as etapas da pesquisa), abreviaturas utilizadas, normas de transcrição, informações sobre a ortografia dos manuscritos e digressões sobre a obra (seu significado estético, histórico, científico, etc.).

O texto propriamente dito deve conter o texto apurado, o aparato crítico (onde se encontram as fontes, a genealogia, o elenco das variantes, as notas e os comentários), o glossário, fac-símiles, índices e a bibliografia.

Para se ter uma idéia melhor das etapas de uma edição crítica, leiam-se, pelo menos as seguintes páginas da bibliografia indicada ao final deste artigo: ARAÚJO, p. 193-212; AZEVEDO FILHO, 1987, p. 36-61; HOUAISS, vol. I, p. 215-225 e 229-244 e SPINA, p. 86-147.

Sobre as normas de transcrição, dependendo da natureza do texto, de sua época, do número e qualidade dos testemunhos subsistentes etc., cada editor crítico estabelece o seu critério. Isto não quer dizer que não haja uma diretriz mais ou menos generalizada. Por isto mesmo, talvez, nenhuma norma de transcrição está isenta de crítica, visto que ela representa sempre uma interpretação pessoal do seu executor. Por isto, não faremos uma crítica particularizada às normas estabelecidas pelos editores analisados, pois o que nos parece essencial, neste caso, é a coerência interna do editor, não mudando de critério a seu bel-prazer, mas justificando previamente suas transcrições.

As normas de transcrição, que constituem um aspecto da metodologia de grandes repercussões práticas na edição crítica, merecerão um item à parte neste trabalho.

Quando se trata de um codex unicus, a modernização ortográfica só é justificável no sentido de atingir um público leitor mais amplo e, conseqüentemente, conseguir uma pesquisa de mercado menos desfavorável. No entanto, quando se trata de codices plurimi ou de várias edições impressas, quase nunca é produtiva a manutenção da grafia do texto base, principalmente se este não corresponde ao original manuscrito nem à edição impressa definitiva.

O tratamento dado às maiúsculas, à ligação e separação de palavras, à acentuação, à pontuação e à divisão de texto deve ser minuciosamente descrito na introdução.

No capítulo seguinte, apresentaremos uma análise de seis edições críticas em português arcaico e moderno, em prosa e em verso, de codex unicus e de codices plurimi, inéditos e editos, brasileiros e portugueses, de modo a dar uma idéia bastante próxima da prática editorial resultante da moderna crítica textual luso-brasileira.

3 - ANÁLISE METODOLÓGICA DE ALGUMAS EDIÇÕES CRÍTICAS.

Pretendemos mostrar, neste capítulo, que as edições críticas dificilmente atingem os objetivos idealizados por seus empreendedores. Quase todos eles lamentam não poderem superar algum tipo de obstáculo que se lhes apresentou, tais como: a complexidade metodológica da crítica textual, as dificuldades de acesso aos testemunhos existentes e, mesmo, de descobri-los, e as exigências das casas editoriais, pressionadas pelas pesquisas de mercado.

Acredita-se que as edições críticas estão em ascensão graças, principalmente, aos professores das faculdades de Letras, História, Teologia e outras que têm o texto como material e fonte de pesquisa, assim como os de línguas e literaturas de níveis médio, que têm procurado mostrar os prejuízos que o uso de textos editados irresponsavelmente pode causar.

Analisaremos, no que se refere à metodologia adotada, seis edições críticas, procurando mostrar até em ponto a realidade possível se distanciou do ideal pretendido por seus organizadores, tendo por certo que a realidade possível é a que se conseguiu e que o ideal pretendido é o que se estabeleceu na introdução de cada uma dessas edições, que são: Obras de Casimiro, por Souza da Silveira; Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses, por José Joaquim Nunes; Livro dos Ofícios, por Joseph M. Piel; As Cantigas de Pêro Meogo, por Leodegário A. de Azevedo Filho; A Demanda do Santo Graal, por Augusto Magne e Memórias Póstumas de Brás Cubas, pela Comissão Machado de Assis.

3.1 - OBRAS DE CASIMIRO DE ABREU

SILVEIRA, [Álvaro Ferdinando de] Souza da. Obras de Casimiro Abreu: apuração e revisão de texto, esboço biográfico, notas e índices por 2ª ed. melhorada. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. XXXVI + 471 p. (Coleção de textos da Língua Portuguesa Moderna, nº 1).

Esta edição, na opinião do Prof. Celso Cunha, interpelado por nós a este respeito, é um dos monumentos da crítica textual brasileira, suficiente para colocar o seu organizador entre os que realizaram suficientemente uma edição crítica de nossos textos modernos.

Após o "Índice de Matéria", ou sumário, e da dedicatória a Ribeiro Couto, o editor escreveu uma "Advertência da 1ª. Edição", que é de 1939, onde registra que "vai na ortografia simplificada o próprio texto de Casimiro" (p. XVII). Mas ele não diz qual foi o seu texto de base nem qual o critério para avaliar que aquele era o "próprio texto de Casimiro". Diz apenas que o conferiu cuidadosamente com o das "edições merecedoras de confiança, sem, sequer, se dar ao trabalho de descrevê-las.

Registra algumas ilustrações e alterações na ordem das poesias pelo volume, mas, como diz que em nova edição pretende adotar outra seriação, entendemos que nem respeitou a ordem do "texto de Casimiro" nem adotou uma ordem que, definitivamente, lhe parecesse a melhor. De qualquer modo, não justificou suficientemente as alterações introduzidas no texto.

Apesar de declarar que a restituição do texto foi feita em conformidade com o publicado em vida do autor e de considerar bastante deturpadas as edições póstumas, não discrimina tais edições nem mostra os pontos em que elas lhe pareceram assim. Aliás é bom lembrar a possibilidade de uma edição póstuma ter por fonte um manuscrito do autor ou um outro texto mais fiel do que algum outro publicado durante sua vida. Além disso, lembramos que foram acrescentados

muitos textos transcritos de fontes consideradas boas, apesar de póstumas, sem nenhuma fundamentação dos critérios de seu julgamento de valor.

Portanto, uma análise qualitativa das edições usadas e criticadas pelo editor não poderia ter sido omitida, como foi.

A apresentação de uma única nota de rodapé, à página 5, em desacordo com todas as demais notas do aparato crítico, que aparecem ao final de cada texto, constitui, provavelmente, um erro do editor, que poderia ter sido corrigido pelo revisor. Essa nota de rodapé constitui, erroneamente, a continuação das notas dos textos introdutórios do editor, apesar de se referir ao texto de Casimiro.

Enfim, Sousa da Silveira acrescentou textos ao seu texto base, que só foi definido como “os textos que foram publicados em vida do autor”; alterou a ordem das poesias, com a qual ainda não se achou satisfeito; não deu a tradição manuscrita nem impressa das poesias, nem avaliou as edições existentes; não indicou os critérios utilizados para distinguir as boas das más fontes, transcrevendo poemas possivelmente deturpados, e usou duplo critério na apresentação das notas do aparato crítico.

3.2 - CANTIGAS D'AMIGOS DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES

NUNES, José Joaquim, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição crítica, acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1973. 3 vol. A 1ª edição é de Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-28.

Aproveitando as magistrais lições de D. Carolina Michäellis de Vasconcelos, é esta uma respeitável edição das cantigas de amigo, talvez a melhor que delas já se fez.

Na “Introdução”, que constitui o primeiro volume dessa obra, o autor trata da origem, objeto e divisão das cantigas de amigo; dos cultores e das características da poesia provençal e de sua influência na poesia galego-portuguesa; da biografia dos trovadores galego-portugueses; da gramática e poética das cantigas de amigo e dos dois códices em que elas se conservaram.

No segundo volume aparecem os textos, que vêm procedidos de uma introdução intitulada “Ao Leitor” (p. VII-XVI), dando-nos a sua orientação metodológica.

No terceiro volume, dividido em quatro partes, temos: o comentário métrico e filológico das cantigas; as suas variantes, que constituem as ligações dos cancioneiros da Vaticana e Colocci-Bracuti; o glossário e, por fim, as correções e aditamentos ou acrescentamentos.

O texto foi estabelecido a partir do cotejo dos dois apógrafos acima referidos. No entanto, não houve um critério absolutamente objetiva para decidir os casos em que havia divergência entre os dois códices, tornando-se, o editor crítico, o árbitro absoluto para cada caso. Algumas vezes ele tomou a liberdade, inclusive, de se afastar dos manuscritos, na crença de que os copistas não haviam decifrado corretamente o original. Nestes casos, as soluções foram de duas naturezas: estabelecimento de uma leitura diferente, de acordo com o que se lhe afigurou teria sido a primitiva lição, ou o acréscimo ou eliminação de palavras.

Foi nesses pontos (onde ele se afastou do manuscrito) que seu trabalho se tornou menos científico e mais sujeito a erros. Tanto assim é que, antes mesmo de terminar a edição desses textos, foi necessário acrescentar-lhes algumas correções.

Objetivo e prático em seu trabalho, J. J. NUNES apreciou e comentou as 512 cantigas de amigo editadas numa média de apenas duas páginas cada uma, e com um eficiência que só um grande filólogo pode conseguir.

Este é um trabalho que bem pode ser comparado com a edição das Cantigas de Pêro Meogo, empreendida pelo prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, ou com a edição de Uma Forma Provençalesca na Lírica de Camões, por Emmanuel Pereira Filho, em que 132 e 51 versos mereceram 149 e 143 páginas, respectivamente, de notas, comentários etc. A síntese prática do primeiro se opõe à profundidade de abordagens e à erudição da análise dos dois outros.

3.3 - AS CANTIGAS DE PÊRO MEOGO

AZEVEDO FILHO, Leodegário A.[marante] de. As cantigas de Pêro Meogo: Estabelecimento crítico dos textos, análise literária, glossário e reprodução fac-similar dos manuscritos. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974. 149 p. ilustradas.

Na

“Introdução”, Leodegário justifica a sua edição, faz breves observações sobre o nome Meogo, dá a história dos códices, descreve as suas principais edições e estabelece as normas adotadas, entre as quais é mister ressaltar a seguinte:

r) Aplicação do seguinte esquema de análise em relação ao texto de cada cantiga:

1. Versificação;
2. Indicação dos manuscritos;
3. Variante dos manuscritos;
4. Leitura crítica compreendendo:
 - a) pontuação;
 - b) crítica geral do texto impresso;
5. Sentido geral do texto.

(AZEVEDO FILHO, 1974, p. 33)

O texto, constituído de 9 cantigas e 132 versos, foi impresso com tipos maiores que as outras partes do trabalho. Como são pequenas as cantigas, seus versos não foram numerados expressamente no texto, mas remetidos numericamente no aparato crítico, já que se podem facilmente contar.

No desenvolvimento do esquema que transcrevemos acima, houve um cuidado muito especial com a interpretação lingüística e literária, não se descuidando também dos aspectos ecdótico propriamente dito, da crítica textual.

Na terceira parte do trabalho, intitulada “Da Narrativa e da Comunicação Simbólica”, o editor analisa: os personagens, o tempo, os símbolos, o ambiente, a dinâmica dos refrães, a ação e o inventário das ações. Depois disso, ainda acrescenta um glossário etimológico, a reprodução fac-similar dos manuscritos e a bibliografia.

Para pequenos textos, este é um exemplo e modelo de edição crítica bem feito, mas um esquema semelhante se torna inexequível quando aplicado a um grande texto, como os *Lusíadas*, por exemplo, a menos que se conte com uma boa equipe de trabalho, bastante tempo e muitos recursos financeiros e técnicos. Os custos de uma tal edição seriam altíssimos e dificilmente uma editora se arriscaria a um empreendimento dessa monta.

A edição crítica que pretendo executar como tese de doutorado, por exemplo, se for desenvolvida nas proporções desta, alcançará a casa das 4.300 laudas, inevitavelmente, o que seria absolutamente impraticável.

3.4 - LIVRO DOS OFÍCIOS

PIEL, Joseph M. Livro dos ofícios de Marco Túlio Cícero, o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Edição crítica, segundo o ms. de Madri, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário. [Coimbra]: Por ordem da Universidade, 1948. LXXVI + 240 p. ilustradas.

Na “Introdução”, Piel faz um estudo sobre o autor (p. V-VIII), sobre a obra (p. VII-XXXII) e sobre a presente edição (p. XXXII-XL). A seguir (p. XLI-LXXVI), apresenta duas cartas, quatro prólogos e um fac-símile da primeira página do manuscrito. Por fim, a “Dedicatória” e o texto do Livro dos Ofícios.

O próprio editor acha apenas razoável o critério que segue, confessando que assim o fez por não ter encontrado outro melhor (Cf. p. XXXVII). Seu objetivo é facilitar a consulta ao livro, mantendo um máximo de fidelidade à linguagem do original.

Não entendemos por que o editor manteve os “caldeirões” do original, visto que ele interveio na pontuação de todo o texto, que só possuía este sinal de pontuação e uma espécie de ponto a meia altura da linha. Para o leitor moderno, tal manutenção de nada facilita a inteligência do texto, como ele pretende fazer acreditar.

Piel usa as barras verticais para apresentar propostas de acréscimo. No entanto, usa o mesmo sinal, criando uma ambigüidade, para apresentar as suas propostas de substituição. Para este caso, em nossa opinião, melhor seria que se usassem notas de rodapé, indicando-se a forma proposta e a forma que ele supôs que deveria se substituída.

Tendo uma versão latina constantemente à vista (diga-se de passagem que era comprovadamente diferente da que foi usada pelo príncipe e não era a melhor que ele conhecia), a ela se refere freqüentemente para facilitar a compreensão da versão portuguesa, intervindo parcimoniosamente, em sua opinião, no texto que editava.

Foi uma falha pouco justificável do editor o fato de não examinar pessoalmente o códice madrileno (a uma distância inferior à que nos separa de nossa capital), servindo-se apenas de uma reprodução fotográfica. Muitos dos erros seriam evitados e muitos seriam explicados de outro modo, assim como poderia ter-nos oferecido uma descrição pormenorizada daquele manuscrito.

3.5 - A DEMANDA DO SANTO GRAAL

MAGNE, Augusto. A demanda do Santo Graal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. 3 vol. ilustrados.

O Pe. Augusto Magne trata, no "prefácio" dessa definição, do codex unicus d'A Demanda do Santo Graal em português, que é o códice vienense, e das frustradas tentativas de publicação que o precederam. A seguir, justifica a sua opção por uma edição crítica ao invés de uma edição diplomática, que seria mais científica, em sua opinião.

No texto, abre alíneas inexistentes no códice vienense, numera-as e acrescenta, em negrito, os vocábulos ou mesmo cláusulas que lhe pareceram indispensáveis para tornar o texto compreensível.

A maior parte dos títulos também é criação do editor, que segue os mesmos padrões dos títulos existentes nos manuscritos, ou seja, dando-lhes a forma de síntese da matéria de cada alínea.

Disfarçadamente, expurgou o texto de algumas cenas por ele consideradas indignas, transcrevendo-as nas "Anotações Complementares" que acompanham os dois volumes do texto. Essa atitude de "censor" foi causa de acirradas e violentas críticas ao seu trabalho e de lamentável desdouro a tão valioso estudo.

Ao final de sua vida, reparando o seu pecado editorial, produziu uma edição diplomática do mesmo texto, acompanhada, folha a folha, de uma edição fotográfica do manuscrito de Viena.

As notas do aparato crítico remetem numericamente às linhas de cada alínea, que não são expressamente numeradas no texto. Do mesmo modo são as remissões das "Anotações Complementares".

No final de cada volume, são apresentadas algumas folhas do manuscrito em reprodução fotográfica, não só como ilustração, mas também como uma forma de mostrar concretamente alguns casos em que o editor interveio na forma do texto.

As minúcias de linguagem não foram tratadas no aparato crítico, ficando reservadas para o Glossário, que constitui o terceiro volume dessa edição, e para a Gramática, da qual só conhecemos a promessa. Do mesmo modo, as questões de ordem histórica e literária foram adiadas para uma prometida, mas não publicada Antologia da prosa arcaica.

Quanto ao Glossário, o autor confessa que são numerosíssimas as falhas e lacunas, a tal ponto que prefere não corrigi-lo, mas reescrevê-lo e publicá-lo posteriormente, com todas as correções e acréscimos, tendo saído em três volumes.

Apesar das violentas críticas sofridas por causa dos referidos expurgos e da ausência do tratamento gramatical, literário e histórico esperado, esta é uma exemplar edição crítica de textos medievais portugueses em prosa.

3.6 - MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS

ASSIS, [Joaquim Maria] Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. Comissão Machado de Assis, Obras de Machado de Assis, vol. VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960. 304 p. ilustradas.

Os trabalhos específicos deste volume foram realizados pela subcomissão constituída por Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer, J. Galante de Sousa, Antônio Houaiss, Antônio José Chediak, Celso Ferreira da Cunha e Maria Filgueiras, com aprovação do plenário da Comissão Machado de Assis, depois de minuciosa discussão.

No "Prefácio" é feita a história do livro e sua situação no conjunto da obra do autor.

Segue-se-lhe uma "Cronologia Biobibliográfica" de Machado de Assis e uma "Bibliografia" exaustiva do e sobre o romance em questão.

Na "Introdução Crítico-Filológica" podem-se distinguir quatro partes, a saber:

1. Descrição das edições cotejadas e definição de seu estema;
2. Critérios gerais para o tratamento crítico do texto;
3. Desenvolvimento de alguns itens dos critérios gerais para o tratamento crítico do texto e justificação da adoção de uma lição conservadora;
4. O sistema remissivo, o padrão de apresentação do texto e o aparato crítico.

3.6.1 - A ESTEMÁTICA

O texto das Memórias póstumas de Brás Cubas foi estabelecido mediante o cotejo das quatro edições impressas em vida do autor e de três edições póstumas, não se levando em conta o manuscrito e tendo como exemplar de colação a quarta edição, indicada no aparato pela letra O, só foi cotejada por ser a primeira que se fez na ortografia simplificada, vigente na época da edição crítica.

O estema linear das Memórias póstumas de Brás Cubas pode ser representada por A ? B ? C ? D |? (E) ? F ? G |? P, em que A, B, C e D são as edições em vida do autor, E é uma edição que estava perdida, mas que foi incluída como um subarquétipo (descoberta posteriormente), F e G são outras edições póstumas e P é a edição crítica presentemente analisada.

Como esta edição crítica corresponde a um somatório das quatro edições em vida do autor, poderemos assim simplificar o seu estema: A ? B ? C ? D ? P.

3.6.2 - CRÍTICAS À EDIÇÃO

Apesar de ficar estabelecido que o aparato crítico "consignará todas as variantes textuais em cotejo" (cf. p. 60), isto foi desrespeitado freqüentíssimas vezes, quando se tratou da edição O, dando-se dela apenas uma pequena amostragem (cf. p. 57).

Faltou à comissão um pouco mais de atenção, quando deixou de corrigir ou, ao menos, apontar os erros "óbvios" em casos como o que se registra na citação feita no § 3, em desacordo com parte da mesma citação no § 4 e com o texto citado, no § 5? Ou será este um erro de revisão, específico desta edição?

No parágrafo 99 temos um pequeno erro de impressão, quando se deixou de acentuar o “é” da expressão “nisso é que”, escrevendo-se “nisso e que”.

Outra dúvida que nos atormenta em relação à lição dita conservadora, adotada nesta edição, é o fato de serem mantidas formas evidentemente “erradas”, apesar de terem sido usadas as formas “corretas” em alguma das edições cotejadas, como é o caso, por exemplo, de “em quanto” por “enquanto”, no § 57, e de “do mim” por “de mim”, no § 70.

Foi feita uma anotação no aparato crítico referente ao § 108 que é um erro evidente, pois, na realidade, o fato anotado não está naquele, mas no § seguinte. É a indicação de que na edição O foi impresso “dividiam: daí as” por “dividiam-se; daí as”.

3.6.3 - PADRÃO DE APRESENTAÇÃO

Essa edição crítica foi produzida com o seguinte padrão de apresentação:

1. Prefácio;
2. Ficha biobibliográfica do autor;
3. Bibliografia particular do livro;
4. Introdução crítico-filológica;
5. A obra, com todos os seus componentes preliminares.

As notas do aparato crítico são bastante sucintas e têm o mesmo número de ordem dos parágrafos a que se referem, situando-se no rodapé do texto crítico, com as siglas das edições cotejadas e suas variantes respectivas, na ordem em que aparecem nos parágrafos.

4 - NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Nas seis edições analisadas, apesar de suas enormes diferenças, há muitos pontos em comum no que se refere às normas de transcrição adotadas.

Todas elas tiveram como objetivo prático principal, como podemos ler em PIEL, p. XXXVII: “... reduzir a um mínimo, para quem consultar o livro, as dificuldades de ordem puramente exterior e material do manuscrito, aliando a este procedimento um máximo de fidelidade quanto à essência da linguagem do original”.

As diferenças podem estar relacionadas com o período da língua em que foi redigido o original, com o método da crítica textual adotado (se lachmanniano ou bédieriano), com o número de testemunhos cotejados, com a forma do texto (prosa ou verso), com o perfil do leitor que se pretende atingir, etc.

Duas opções opostas, entre as quais se situa a maior parte das edições críticas, são a reprodução *ipsis verbis* litterisque da edição, apógrafo ou autógrafo tomado como exemplar de colação, que constitui a edição diplomática, e a atualização ortográfica absoluta.

Souza da Silveira, na edição das Obras de Casimiro de Abreu, estabeleceu simplesmente esta norma de transcrição (cf. p. XVII): “Va na ortografia

simplificada o próprio texto de Casimiro, que cuidadosamente conferi com o das edições merecedoras de confiança”.

Para os que assim decidem, a ortografia corresponde a uma simples roupagem da língua, sem maiores conseqüências para a interpretação da obra.

No entanto, para a maioria dos editores críticos, a ortografia pode ser modernizada, mas é preciso estabelecer critérios específicos, de acordo com a natureza e a época da obra, com a importância do autor, etc.

A Comissão Machado de Assis, por exemplo, preferiu adotar uma edição conservadora, na qual se deverá:

a) simplificar o revestimento gráfico, da ortografia, do texto de base, mas de tal arte que não se traia nenhum fato lingüístico propriamente dito, subjacente na ortografia que se simplifica; desse modo, todos os valores realmente diferenciais, bem como todos os valores potencialmente diferenciais de fatos lingüísticos que existam por baixo da ortografia original, devem ser respeitados, e assim também se procederá nos casos duvidosos ainda insanáveis ou não superáveis;

b) corrigir os chamados erros óbvios, isto é, aqueles que, numa paráfrase da fórmula do crítico verbal Louis Havet, são erros em que o leitor mediano não atenta, numa leitura espontânea, tão óbvia é a lição verdadeira que não está impressa;

c) conservar todas as formas duvidosas, desde que passíveis de uma interpretação satisfatória, ainda que algo inverossímil.

(ASSIS, p. 61)

Já o Prof. Leodegário, J. J. Nunes e o Pe. Augusto Magne preferiram estabelecer um “sistema gráfico racional e coerente” (cf. MAGNE, p. 33), que não reproduz a grafia da época em que seus textos de base foram escritos nem a da época em que foram produzidas suas edições críticas. Mas, como se trata de textos do português arcaico, o conservadorismo de suas edições se torna mais perceptível do que a da edição das Memórias póstumas de Brás Cubas, que é um texto moderno. Tais leituras constituem uma criação nova dos textos que os editores imaginaram que o autor teria desejado escrever, um termo de compromisso entre a grafia de hoje e as daquelas épocas.

Menos preocupados com a racionalização e coerência do texto crítico e mais coerente com os originais, Joseph M. Piel e J. J. Nunes também tiveram a intenção de facilitar a leitura dos textos que estavam preparando.

Atualizando a ortografia do texto, a Comissão Machado de Assis respeitou a forma do autor, com ou sem coerência interna, todas as vezes que se tratava de formas sincréticas (cf. p. 65), do emprego da chamada crase (cf. p. 64 in fine) e do emprego da pretônica e/i, em(en)/im(in), o/u, om(on)/um(un), das postônicas e/i e o/u e de e/ei e o/ou tônica ou pretônica (cf. p. 63-65).

Na realidade, não é fácil criticar qualquer opção do editor crítico em relação às normas de transcrição adotadas, pois quaisquer outras que as substituam poderão também sofrer outras tantas críticas.

Na verdade, esse meio termo adotado pelos editores críticos não nos parece o melhor critério. Talvez fosse melhor fazer a atualização absoluta da ortografia e registrar, na introdução ou num vocabulário, as variantes gráficas encontradas e, se possível, a frequência de cada uma.

Alguns editores críticos (cf. MAGNE e PIEL) indicaram, no próprio texto, os pontos em que se mudou de fôlio ou de coluna, no texto de base. Quando isto é importante, como é o caso da publicação de manuscritos, tal indicação deve ser feita no texto, entre barras verticais ou colchetes e em negrito, como nos mostra o Pe. Augusto Magne.

Os acréscimos sugeridos ao texto de base também devem ser feitos entre colchetes, mas as supressões devem ser indicadas entre parênteses, como fazem Joseph M. Piel e Leodegário.

Desfazer as siglas e abreviaturas, na maior parte dos casos, corresponde a atualizar a grafia, assim como desfazer os conglomerados gráficos ou juntar as partes de vocábulos escritos separadamente no texto de base.

De outro lado, não nos parece conveniente normalizar a grafia nos casos em que ela reflete ou pode refletir a pronúncia da época nem naquelas “etimologicamente não justificadas” (cf. PIEL, p. XXXIX e XL), a não ser que se faça como sugerimos acima, registrando todos os casos na introdução ou num vocabulário.

Dependendo do texto, normas mais específicas deverão ser estabelecidas, algumas até com exclusividade para determinado vocábulo ou sinal gráfico, não cabendo aqui entrar nessas minúcias. Seriam os casos, por exemplo, do tratamento dado por J. J. Nunes ao valor duplo do o de ousar, no verso 23 da cantiga CCLVI ou da decisão de Piel de manter os “caldeirões” em sua edição do Livro dos ofícios.

Enfim, as normas de transcrição gráfica só poderão ser estabelecidas pelo editor crítico depois de profunda análise do seu texto de base, das suas características e dos objetivos da própria edição empreendida. Qualquer decisão antecipada ou apressada pode levar todo o trabalho do editor a confusões e a perdas irreparáveis.

5 - CONCLUSÃO

A crítica textual em língua portuguesa já possui alguns trabalhos práticos que podem ser considerados modelares, tanto em edições de textos medievais ou de português arcaico, quanto em edições de textos modernos.

Sabemos que há muitas outras edições em português que podem competir qualitativamente com qualquer uma das que selecionamos para este trabalho. Por isto, sabemos que há muitas outras opções para se resolverem problemas idênticos aos surgidos neste corpus, assim como é maior o número dos problemas que nem sequer foram levantados aqui.

Os trabalhos da crítica textual, *stricto sensu*, só foram realizados, efetivamente, na edição da Comissão Machado de Assis, na de J. J. Nunes e na do Prof. Leodegário.

Quanto à edição das obras de Casimiro de Abreu, Souza da Silveira não se deu nem mesmo ao trabalho de cotejar as edições conhecidas, decidindo, mais ou menos arbitrariamente, qual seria a edição a ser seguida e as correções e acréscimos a serem feitos. A Demanda do Santo Graal é a edição crítica de um *codex unicus*,

assim como o Livro dos ofícios, dispensando quase todas as etapas específicas da crítica textual, exceto apenas a emendatio.

A forma de apresentação de cada uma das edições analisadas constitui um caso à parte, pois nenhuma se assemelha estruturalmente a nenhuma das outras. Isto nos mostra que o editor crítico deverá ter bem definidos em sua mente e no seu projeto de edição quais os objetivos de seu trabalho. Só a partir dos objetivos bem claros é que o editor poderá decidir a forma ou estrutura da apresentação do texto de uma edição crítica.

Apesar de haver alguns princípios básicos aconselháveis a todos os editores críticos, tanto as normas de transcrição quanto a forma de apresentação do texto, serão decididas pessoalmente pelo editor e particularmente para cada obra.

O que não pode faltar numa edição crítica é a fidelidade ao texto de base e o estabelecimento de critérios seguros, aos quais não se permite nenhuma forma de desobediência. Quanto aos detalhes, tudo deverá ficar bem estabelecido na introdução metodológica ou crítico-filológica. Isto é o que aprendemos com este trabalho.

Sempre insatisfeito com os nossos pequenos avanços no conhecimento e domínio da técnica e da arte da crítica textual e das pesquisas filológicas em geral, lamentamos não termos conseguido nos aproximar mais de nossas altas aspirações, muito além do ponto a que conseguimos chegar.

Mesmo assim, estamos certo de termos apresentado mais uma importante contribuição para o desenvolvimento das pesquisas filológicas, na área específica da crítica textual, principalmente porque nos conscientizamos de alguns problemas que teremos de enfrentar em nossas pesquisas.

Prometemos para breve uma análise de edições mais recentes, que já se utilizam de outras técnicas ou que se influenciaram pela Crítica Genética (ou vice-versa).

6- RECAPITULAÇÕES SUMÁRIAS

6.1 - RESUMO

O autor analisa seis "edições críticas" de obras caracteristicamente bem diferenciadas, com o objetivo de detectar problemas específicos da Crítica Textual e as soluções encontradas em cada caso.

Parte-se do princípio de que o pesquisador não deve desperdiçar os erros e acertos de seus antecessores, mostrando o que deve ser evitado e o caminho que pode (ou deve) ser (per)seguido.

6.2 - RESUMEN

El autor analiza seis "ediciones críticas" de obras caracteristicamente bien diferenciadas, con el objetivo de detectar problemas específicos de la Crítica Textual y las soluciones encontradas en cada caso.

Se parte del principio de que el pesquisador no debe desperdiciar los errores y aciertos de sus antecesores mostrando lo que debe ser evitado y el camino que puede (o debe) ser (per)seguido.

7 - BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Emanuel. A construção do livro: princípios da técnica de editoração. Prefácio de Antônio Houaiss. [Rio de Janeiro]: Nova Fronteira; [Brasília]: Instituto Nacional do Livro / Pró-Memória [1986]. 676 p. ilustradas.

ASSIS, [Joaquim Maria] Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. Comissão Machado de Assis, Obras de Machado de Assis, vol. VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960. 304 p. ilustradas.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A.[marante] de. As cantigas de Pero Meogo; estabelecimento crítico dos textos, análise literária, glossário e reprodução fac-similar dos manuscritos. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974. 149 p. ilustradas.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A.[marante] de. Iniciação em crítica textual. Apresentação de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1987. 156 p.

HOUAISS, Antônio. Elementos de bibliologia. Reimpressão fac-similar. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: Instituto Nacional do Livro / Pró-Memória, 1983. XVIII + 334 + 198 p.

MAGNE, Augusto. A demanda do Santo Graal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. 3 vol. ilustrados.

NUNES, José Joaquim. Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses. Edição crítica, acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1973. 3 vol.

PEREIRA FILHO, Emmanuel. Uma forma provençalesca na lírica de Camões. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974. 143 p.

PIEL, Joseph M. Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Edição crítica, segundo o ms. De Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário. [Coimbra]: Por ordem da Universidade, 1948. LXXVI + 240 p. ilustradas.

SPINA, Segismundo. Introdução à edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix / EDUSP [1977]. 153 p. ilustradas.